



CLIPPING



**22 DE JUNHO
DE 2021**

COORDENADORIA DE IMPRENSA DO TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 - coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

REPÓRTER

70

> GRAVIDEZ INTERRUPÇÃO

A pedido do Ministério Público do Estado do Pará, a Justiça de Altamira autorizou que uma jovem seja submetida a um aborto legal. O procedimento será feito no Hospital Geral do município. A jovem foi vítima de estupro e tomou conhecimento da gravidez no segundo mês, por meio de um teste de farmácia. O pedido de atendimento à vítima de estupro foi feito pela 1ª promotora de Justiça Criminal, Renata Valéria Pinto Cardoso, e a decisão foi baseada em entendimento do Supremo Tribunal Federal, que preserva o direito à mulher de interromper voluntariamente a gestação, ainda no primeiro trimestre, sem que isso se configure crime. O Código Penal Brasileiro permite a interrupção da gravidez em caso de estupro.

EMPOUCASLINHAS

● Em sessão extraordinária realizada ontem, o Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Pará aprovou resolução reconhecendo o dia 22 de junho como a data de criação oficial do Ministério Público do Estado.

PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Belém poderá ter greve

EDUARDO ROCHA
DA REDAÇÃO

Profissionais de educação na rede pública municipal de Ensino de Belém poderão deflagrar uma greve sanitária nos próximos dias, caso a categoria e a Prefeitura Municipal não cheguem a um acordo sobre o funcionamento das escolas a partir deste mês de julho, dada a pandemia da covid-19.

Na segunda-feira (21), o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalha-

doras em Educação de Belém (Sintep Belém) promoveu ato público em frente à Secretaria Municipal de Educação (Semec), com paralisação de escolas no município, para que a Prefeitura suspenda a Resolução de nº 900/21, definindo o retorno presencial de profissionais às escolas, com exceção dos docentes (permanecem em teletrabalho), e também para revogação de portaria sobre lotação de professores.

A secretária geral do Sintep Belém, Miriam Sodré, informou

ontem (21) que, em assembleia geral, on-line, a partir das 17 horas desta quinta-feira (24), a categoria decidirá sobre novos rumos do movimento reivindicatório, inclusive sobre a deflagração de greve.

De acordo com o Sintep, os trabalhadores não deixaram de trabalhar presencialmente nas escolas desde o início da pandemia e, até o dia 14 deste mês, estavam em escala de trabalho por determinação judicial em 2020, mantida pelo atual governo em 2021.

RECUPERAÇÃO

Escritório Social
do Pará é inaugurado**LAÍS SANTANA**
DA REDAÇÃO

As pessoas que estão em recuperação de liberdade têm agora uma nova ferramenta para auxiliar neste processo. Foi inaugurado, na tarde de segunda-feira (21), o Escritório Social do Estado do Pará, um equipamento público entregue pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado e Administração Penitenciária (Seap), e impulsionado pela Confederação Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

"O Estado já vem diminuindo os índices de violência, agora a nossa perspectiva é diminuir os índices de reincidência criminal e para isso é preciso ter um equipamento público com uma gama de serviços para que a pessoa egressa não volte a delinquir", explica Belchior Machado, Diretor de Reinserção Social da Seap.

A proposta do espaço é reunir diferentes serviços para atendimento, com comparecimento voluntário e desvinculado da pena, e com gestão compartilhada entre os Poderes. Os serviços prestados incluem encaminhamento para a rede de proteção social, emissão de documentos, qualificação profissional, assistência jurídica, social e psicológica e facilitação de oportunidades profissionais.

"A expectativa é que a gente feche parcerias com vários órgãos e empresas para que possamos ter saídas e essa rede de serviços mais ampla possível para garantir direitos e dar oportunidades aos egressos", afirma Machado.

O trabalho do Escritório Social começa 180 dias antes do custodiado terminar o cumprimento de pena dentro do semi-aberto. A partir desse acompanhamento, no último dia ele recebe o convite para ir ao local. A apresentação do egresso ocorrerá de forma voluntária.

Na avaliação de Belchior Machado, a ferramenta fecha o ciclo do sistema penitenciário. "O sistema realiza a custódia e a reintegração social dentro das unidades, essa reintegração precisa ser realizada de forma plena quando esse custodiado se torna egresso. Para ele é muito melhor porque ele vai ter um acompanhamento e uma nova oportunidade de sair do mundo do crime e passar a viver de forma que seus direitos sejam concretizados e que oportunidades surjam para ele", acrescenta.

O escritório Social funcionará de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, na Travessa Dr. Moraes nº 565, entre as ruas Mundurucus e Conselheiro Furtado, no bairro de Batista Campos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

NÚCLEO

TJ e MPE buscam a solução de conflitos

DA REDAÇÃO

A promotora de Justiça Socorro de Maria Pereira Gomes dos Santos, coordenadora do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público do Estado (Nupeia/MPPA), participou de uma reunião, na sexta-feira (18), com a desembargadora Dahil Paraense de Souza, coordenadora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Estado (Nupemec/TJPA) para implementação da Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos e Interesses.

Durante a reunião, foi apresentado o Nupeia/MPPA e seus objetivos. "O Núcleo tem por finalidade atuar na implementação e adoção de mecanismos de autocomposição no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, como a negociação, a mediação, a conciliação, o processo restaurativo e as convenções processuais", explica o MPPA.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

TRT8

Tribunal dá posse a novo desembargador

Na manhã desta segunda-feira (21) foi realizada a cerimônia de posse do novo desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, o juiz Antônio Oldemar Coelho dos Santos. O evento, realizado na antessala da presidência com número reduzido de convidados, foi conduzido pela presidente do TRT8, desembargadora Graziela Leite Colares.

A nomeação no desembargador foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) na sexta-feira (18). Com o ato, o magistrado assumiu a vaga decorrente da aposentadoria do desembargador Julianes Moraes da Chagas, pelo critério de antiguidade.

"Eu tenho 35 anos de casa, entrei aqui como servidor, com 24 anos, e estou chegando aos 60, e chegar ao desembargo é uma ascensão nestes 35 anos de casa", declarou Coelho.

A presidente do TRT8 assinou o termo de posse e externou a sua satisfação: "Coelho é um amigo que eu admiro, e, com a chegada dele, nós contamos com um desembargador de primeira linha, pois, além de preparado tecnicamente, é uma pessoa muito cortês, e isso é importante quando atuamos em um Colegiado. Desejo que ele seja muito feliz exercendo o seu papel na Justiça do Trabalho", disse a desembargadora Graziela.



Antônio Oldemar Coelho é juiz do trabalho desde 1993

FOTO: ASCOM TRT8

Novo desembargador é empossado no TRT8

JUSTIÇA

A Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, desembargadora Graziela Leite Colares, empossou no final da manhã desta segunda-feira, 21, o novo desembargador do TRT 8, o juiz Antônio Oldemar Coelho dos Santos.

A cerimônia de posse foi realizada na antessala da presidência, com um número reduzido de pessoas e seguindo todos os protocolos sanitários. A desembargadora assinou o termo de posse e externou a sua felicidade em ter mais um colega alcançando o segundo grau de jurisdição na Justiça do Trabalho da 8ª Região. "Com a chegada dele, nós contamos com um desembargador de primeira linha, pois, além de preparado tecnicamente, é uma pessoa muito cortês, e isso é importante quando atuamos em um Colegiado. Desejo que ele seja muito feliz exercendo o seu papel na Justiça do Trabalho", come-

mora. Logo em seguida, o novo desembargador fez a leitura do juramento, assinou o termo de posse e recebeu das mãos da presidente do TRT8 o pin institucional da organização, alusivo às comemorações dos 70 anos da Justiça do Trabalho.

Nascido em Afuá, na ilha do Marajó, assumiu como juiz do Trabalho substituto do TRT8 no dia 03 de dezembro de 1993. O magistrado foi presidente da JCJ – Junta de Conciliação e Julgamento da cidade de Tucuruí; depois atuou no ano de 1995 na JCJ de Paragominas, onde permaneceu durante cinco anos. Em seguida, foi nomeado Juiz titular da Vara do Trabalho de Paragominas, em 1995 e, no ano de 2000, foi promovido Juiz Titular da Vara de Castanhal. Antônio assumiu no ano de 2002 como juiz titular da 14ª Vara do Trabalho de Belém. Foi presidente da Associação dos Magistrados Trabalhistas da 8ª Região – AMATRA8.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Traficante é preso em flagrante de novo com pedras de óxi e maconha



O criminoso identificado como Manoel Adevaldo Rodrigues foi avistado em atitude suspeita pelos militares
FOTOS: DIVULGAÇÃO



REINCIDENTE

Tiago Silva

Em Terra Alta, nordeste paraense, um homem acusado de tráfico de drogas foi preso ao ser flagrado com maconha e óxi. A prisão com apreensão aconteceu na manhã da última sexta-feira (18), por volta das 11h.

Policiais militares de Terra Alta, sob o comando do Sargento C. Júnior, estavam de serviço em uma viatura realizando rondas ostensivas pela estrada da Baixa Grande, local também conhecido como Ra-

mal do Lixão, quando avistaram um suspeito, que depois foi identificado como Manoel Adevaldo Rodrigues Santos, 42. "Foi realizada a abordagem e, durante revista pessoal, com o suspeito encontramos 800 gramas de maconha, além de 40 pedras de óxi e a quantia de R\$ 417,00", informou o Sargento PM C. Júnior.

Manoel Adevaldo Rodrigues Santos, que já possui processo por tráfico de drogas pela Comarca do município de Vigia de Nazaré, foi apresentado na Delegacia de Polícia Civil de Terra Alta e, pela segunda vez, foi autuado, em flagrante, pelo crime de tráfico de drogas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Parceria viabiliza implantação da Patrulha Maria da Penha

PARAUPEBAS

Da Redação

Dia 25 de junho será realizada a implantação da Patrulha Maria da Penha em Parauapebas, fruto da parceria entre a prefeitura e o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA). As equipes que irão atuar no serviço participam de um curso na semana passada.

“A Patrulha Maria da Penha é um serviço que tem por objetivo oferecer um atendimento preventivo periódico às mulheres vítimas de violência doméstica, garantindo uma maior proteção para aquelas mulheres que possuem medidas protetivas de urgências, deferidas pelo poder judiciário”, explica Paula Melo, que é advogada e secretária adjunta da Secretaria Municipal da Mulher (Semmu).

O primeiro dia de curso contou com a participação das de-

sembargadoras Célia de Lima, presidente do TJPA, e Rosi Maria de Gomes Farias, coordenadora estadual das mulheres em situação de violência doméstica do TJPA/Cevide, e das juízas Flávia Oliveira, titular da 2ª vara criminal da comarca de Parauapebas, e Rajane Oliveira, responsável pela condução do tema “O atendimento com perspectiva de gênero da rede de atendimento da Patrulha Maria da Penha”.



O acusado vai responder pelos crimes de ameaça e posse ilegal de arma de fogo. FOTO: REPRODUÇÃO

Foragido da justiça é preso acusado de ameaça e porte ilegal de arma

ITUPIRANGA

Alessandra Gonçalves

DA REDAÇÃO

A Polícia Militar prendeu neste domingo (20), um foragido da justiça acusado de ameaça e porte ilegal de arma de fogo, na Vila Santa

Izabel, zona rural do município de Itupiranga.

Em poder de Valcione Chaves Sousa, os policiais encontraram uma espingarda calibre 32, embaixo de um colchão sem registro de posse. Os militares foram acionados pela Polícia Civil para diligenciar até a vila Santa Izabel para localizar o acusado que

estava ameaçando as pessoas naquela localidade.

"Foi feito as diligências. Chegando lá o suspeito foi encontrado e também uma arma de fogo espingarda calibre 32", informou o tenente Aldir. Valcione Chaves foi conduzido para a delegacia, onde foi feita uma busca minuciosa sobre os seus dados e foi constatado que ha-

via um mandado de prisão em aberto por tentativa de homicídio no estado do Tocantins.

"Como esse indivíduo já tem esse histórico e estava ameaçando outras pessoas poderia sim vir cometer o homicídio e nós em um ato preventivo, tiramos da rua essa pessoa, que causou e poderia causar mal ainda maior para essa sociedade", ponderou o oficial.

O acusado vai responder pelos crimes de ameaça e posse ilegal de arma de fogo. Ele foi apresentado na delegacia daquele município para os procedimentos cabíveis.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

REUNIÃO DE SEGURANÇA

MP do Pará discute segurança dos distritos de Belém

A medida busca melhorar a segurança em estabelecimentos de Icoaraci e Outeiro

21 JUN 2021 - 15H02

ATUALIZADO 21 JUN 2021 - 15H19

Compartilhar 4

Twitter

WhatsApp

Facebook

LinkedIn



Com a intenção de identificar bares e congêneres em situação irregular nos distritos de Icoaraci e Outeiro, o Ministério Público do Pará por meio da Promotoria de Justiça realizou uma reunião na última sexta-feira, 18, para pôr em ação uma das práticas previstas no Plano de Atuação 2020/2021 das Promotorias de Justiça Criminais de Icoaraci.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A ação busca regular os comerciantes junto aos órgãos competentes, para que seja possível diminuir o número de ocorrências de violências no entorno dos estabelecimentos.

Novas reuniões ainda serão agendadas para prosseguir à meta prescrita no Plano de Atuação.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Envolvido na morte da missionária Dorothy Stang é investigado por desmatar e ameaçar moradores de área protegida no AC

Família de Amair Feijoli da Cunha comprou uma propriedade próximo à Floresta Estadual Antimary, localizada na BR-364 entre Sena Madureira e Bujari, interior do Acre. Moradores da região denunciaram o novo morador ao Ministério Público do Acre (MP-AC) por ameaça e o órgão instaurou um procedimento preparatório para investigar.

Por Aline Nascimento, G1 AC — Rio Branco

22/06/2021 09h14 · Atualizado há uma hora





Amair Feijoli da Cunha é investigado por crimes ambientais no Acre — Foto: Arquivo pessoal

Apontado como responsável pela contratação dos [pistoleiros que mataram a missionária norte-americana Dorothy Stang](#), em fevereiro de 2005, Amair Feijoli da Cunha, o Tato, é investigado pelo Ministério Público do Acre (MP-AC) por desmatar uma área de 600 hectares, além de criar gado e ameaçar moradores da unidade de conservação ambiental Floresta Estadual Antimary (FEA). A unidade fica localizada na BR-364 entre Sena Madureira e a cidade do Bujari, interior do Acre.

- ["Apesar de Dorothy, as pessoas ainda morrem no campo", alerta ambientalista após 15 anos da morte de missionária no PA](#)
- [Evento online faz homenagem à missionária Dorothy Stang](#)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Amair Feijoli também é alvo da Polícia Civil de Sena Madureira e ações de combate ao desmatamento e invasões de terra do Batalhão de Policiamento Ambiental (BPA), Instituto de Meio Ambiente do Acre (Imac) e Secretaria de Meio Ambiente Estadual (Sema).

Em janeiro de 2021, um grupo de 40 pessoas, entre moradores e invasores da região, procurou a Promotoria de Justiça de Sena Madureira para denunciar que Amair Feijoli havia se mudado para uma fazenda na localidade e estaria fechando alguns ramais (estradas de terra), retirando madeira ilegalmente e criando gado. A partir daí, o MP-AC iniciou as investigações e instaurou o procedimento.

[Amair Feijoli foi condenado a 18 anos por intermediar a morte de Dorothy Stang](#). Segundo a Justiça do Pará, foi ele quem contratou os pistoleiros Rayfran e Clodoaldo Carlos Batista para assassinar a missionária a mando de Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, e Regivaldo Pereira Galvão.



Dorothy Stang foi assassinada em 2005 — Foto: Divulgação.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Dorothy foi morta a tiros em Anapu, sudoeste do Pará, por lutar pela reforma agrária. Ela coordenava projetos de uso sustentável da floresta em áreas de assentamento do Incra e sofria ameaças de madeireiros na época.

O **G1** apurou que a família de Amair Feijoli se mudou para o Acre em 2020. Contudo, ele continua mantendo residência no Pará, onde também teria terras. A reportagem entrou em contato com a família de Feijoli e aguarda um posicionamento do advogado dele.

A reportagem tentou também ouvir o promotor de Justiça responsável pelo procedimento preparatório, Luiz Henrique Correa Rolim, mas não obteve resposta até a última atualização desta reportagem.

O **G1** também aguarda posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Pará sobre a situação do acusado, mas na última movimentação aberta do processo consta que o acusado cumpre pena em regime aberto, tendo que cumprir algumas medidas judiciais. **(Veja abaixo reportagem veiculada no ano de 2020)**



Morte da missionária Dorothy Stang completa 15 anos

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Ameaças

Ao **G1**, uma moradora que faz parte do grupo que foi até MP-AC denunciar o caso, e pediu para não ter o nome divulgado, contou que saiu da Floresta Estadual do Antimary com medo das ameaças após Amair Feijoli se mudar para a região.

"Vivia todo mundo calmo lá dentro, quando venderam essa terra para esse Amair foi que começou o desespero. Ele ameaça a gente, passa e diz que é dele, que tem documento. Diz que a área é toda dele, que é para o pessoal sair de dentro. Se não sair por bem, sai por mal, que ninguém sabe do que ele é capaz", relembrou.

Atualmente, a mulher trabalha em uma fazenda no Ramal Cassirian, zona rural de Sena Madureira. A moradora explica que a propriedade comprada pela família de Amair Feijoli fica no Projeto de Assentamento Wilson Lopes, e fica na parte de trás da floresta. Com isso, os novos moradores passaram a derrubar a mata.



Polícia investiga ações ilegais de invasores na Floresta Estadual Antimary — Foto: Arquivo/BPA

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Em fevereiro, a polícia ambiental foi acionada porque Feijoli teria fechado um ramal utilizado pelos moradores para retirada das produções. A equipe foi até o local, fez o boletim de ocorrência, mas ainda não sabia quem era a pessoa.

"Chamaram a polícia porque ele estava fechando o ramal e descemos para denunciar. Comprou a terra no projeto, que fica nos fundos da reserva e está aproveitando para invadir. Diz que é acostumado a grilar terra lá onde mora, que é acostumado com isso e essa terra é muito fácil dele ganhar", alegou a moradora.

Unidade de conservação ambiental

A Floresta Estadual Antimary foi arrendada pela União em 22 de junho de 2005. O decreto foi publicado no decreto no Diário Oficial da União (DOU). Em 2014, a Secretaria de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis acre (Sedens), publicou um decreto dos Planos de Manejo das Florestas Estaduais do Rio Gregório, do Rio Liberdade, do Mogno e do Antimary.

A unidade de conservação ambiental permite a presença de moradores no seu interior. Em 2019, eram 50 moradores assentados regulamente, atualmente são 53 famílias que vivem do manejo florestal da coleta da castanha, açaí, agricultura, pecuária de corte, criação de aves, de porcos, carneiros e venda de frutas e verduras. Há ainda a presença de invasores na localidade.

À Rede Amazônica Acre, o secretário de Meio Ambiente do Acre (Sema), Israel Milani, explicou que a pasta voltou a receber denúncias de pessoas invadindo a localidade no início de 2020. Com essas informações, a Sema acionou o Batalhão de Policiamento Ambiental (BPA) e o Imac e enviou equipes até o local para averiguar as denúncias.



Polícia Ambiental e Imac encontraram áreas desmatadas na unidade de conservação ambiental — Foto: Arquivo/BPA

Após os invasores serem expulsos, a Sema refez o cadastramento das 53 famílias que vivem na unidade, inclusive com instalação de pontos de GPS nas moradias, e notificou o MP-AC e a Procuradoria-Geral do Estado (PGE-AC) sobre os fatos.

"A Sema é gestora da política pública ambiental, fazemos a gestão da floresta. A partir do momento que constatamos os ilícitos, encaminhamos para as entidades fiscalizadoras, que é o BPA e o Imac. Então assim, a partir do momento que temos desmatamento dentro da Floresta do Antimary, temos a questão da venda de madeira, de caça ilegal, a Sema informa ao secretário, que faz um ofício encaminhando para os órgãos fiscalizadores e, eles sim, podem tomar as decisões de ir lá e coibir esse tipo de ilícito", disse Milani.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Ainda segundo o secretário, a unidade de conservação ambiental tem sido fiscalizada e monitorada anualmente, até com voos das equipes da Coordenadoria Integrada de Operações Aéreas (Ciopaer), para combater o desmatamento e ações de invasores.

"Só em 2020 quase quaduplicamos as ações de ordens de comando e controle. Demandamos os órgãos fiscalizadores, eles foram lá e tivemos também, desde o ano passado, um apoio muito forte do Ciopaer com o Hárpia 4 fazendo essas fiscalizações. Nesse fim de semana, o Hárpia 4 estava nessa região dando um apoio na regional do Jurupari e em Cruzeiro do Sul também, mas fizemos um sobrevoo para dar uma presença do estado na Floresta do Antimary", destacou.



Órgãos fiscalizadores sobrevoaram Floresta Estadual do Antimary para flagrar desmatamento

Denúncias

Foi em uma dessas ações de combate que o Batalhão de Policiamento Ambiental (BPA) descobriu o envolvimento de Amair Feijoli da Cunha no local. As equipes ambientais fizeram algumas operações na região em 2019 chegaram

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

a prender 16 pessoas suspeitas de invasão, encontraram áreas abertas no meio da mata e retirada ilegal de madeira.

Foram achados também alguns moradores que já tinham se instalado na comunidade. Até aquele momento, a polícia tinha apenas ouvido alguns moradores e invasores mencionarem o nome de Amair Feijoli, mas não sabia quem era ele. Em 2020, as equipes voltaram ao local, mas não acharam mais invasores e foi feito um relatório e entregue ao MP-AC. Em contraponto, as pessoas que tentavam se instalar ilegalmente na área chegaram a denunciar as equipes ao MP-AC contra a ação de retirada.

A denúncia acabou arquivada após o BPA comprovar o desmatamento com imagens de satélite. O comandante do BPA, major Kleison Albuquerque, revelou que em janeiro deste ano a polícia voltou à localidade após receber novas denúncias de invasões de desmatamento na área. Foi montada uma operação do BPA e o Imac para verificação.

Ao chegar no local identificado, uma mulher se apresentou como dona de uma área que tinha sido comprada recentemente. Nessa área, a polícia achou um desmatamento de cerca de 80 hectares. A suposta proprietária foi multada pelo Imac.

"Uma pessoa falou que tinha comprado a área e deu o nome da proprietária, que era Patrícia Coutinho da Cunha. Quando recebemos essa notificação do Ministério Público consultei o boletim e fui ver que o pai da Patrícia se chama Amair Feijoli. Só com o documento do Ministério Público que fomos perceber que se tratava dessa pessoa [envolvido na morte de Doroty] porque quem se apresentou como proprietária foi essa Patrícia, que é filha dele. Se apresentou para a gente normal, mas quando mostrou os dados o nome do pai dela constava no B.O, mas a gente não tinha ideia de quem era a pessoa", acrescentou.

Albuquerque falou que comunicou o MP-AC do envolvimento do acusado na morte da missionária nas ações irregulares na região. Segundo o major, as equipes continuaram monitorando a área da família de Feijoli e perceberam,

CLIPPING DE NOTÍCIAS

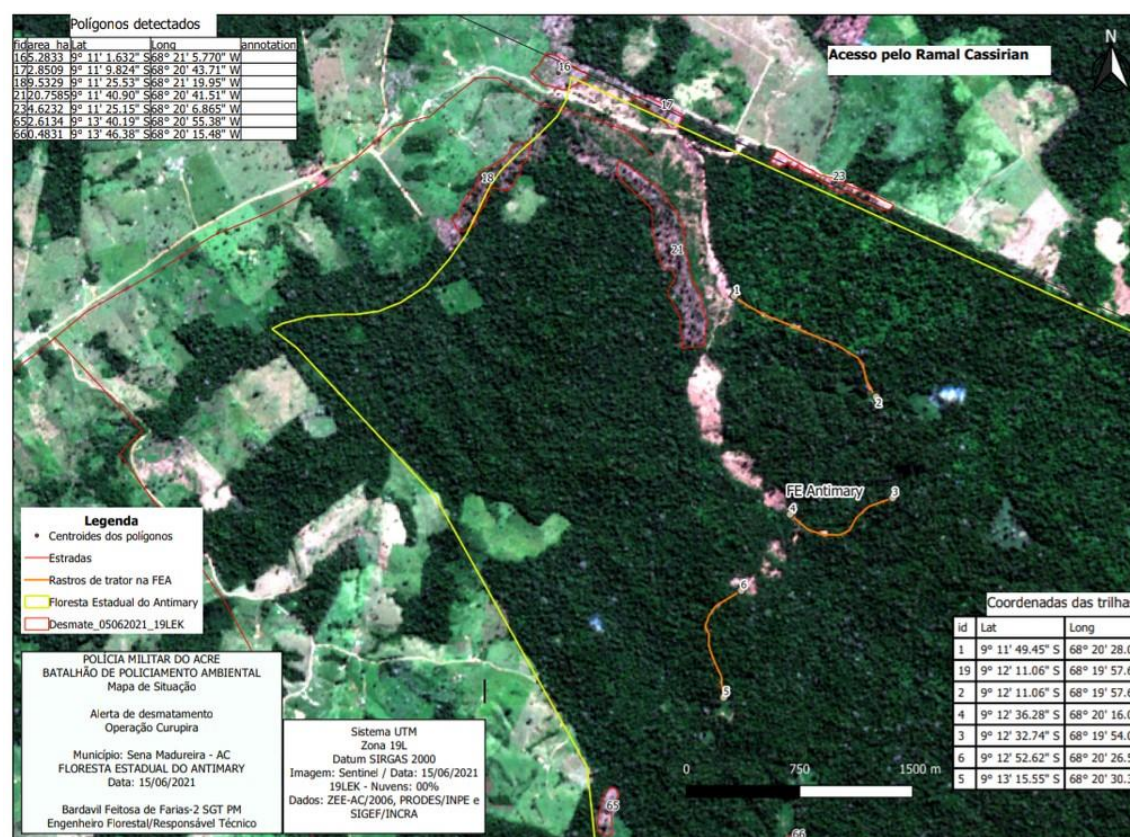
Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

pelas imagens de satélite, que a região não tinha sido mais desmatada até o final do mês de maio.

Porém, novas imagens de satélite do final de maio até o dia 15 de junho mostram que a região voltou a sofrer com a ação do homem.

Em uma das fotos captadas, aparece a propriedade da família de Feijoli. As áreas destacadas em vermelho são as que foram desmatadas recentemente pelos moradores. Mais abaixo, aparece uma clareira aberta no meio da mata. **Veja imagem abaixo.**



Áreas destacadas em vermelho demonstram o recente desmatamento dentro do PA Wilson Lopes e na Floresta Antimary — Foto: Arquivo

Nessa segunda-feira (21), os órgãos fiscalizadores se reuniram para traçar as propostas de ações na unidade. A ideia é fazer uma operação emergencial na localidade para flagrar as irregularidades.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

"Nos reunimos para fazer uma ação emergencial lá com a equipe, tanto do Batalhão Ambiental como do Imac e com o representante da Sema, só que isso é ação de comando e controle. Ações ilegais sobre a reintegração da área cabe ao Estado e acredito que já vem sendo tomada a providência. Pessoal da Sema informou que a PGE foi comunicada, o Ministério Público tem conhecimento dos fatos e as providências estão sendo tomadas", concluiu.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br